
ERA DA INDETERMINAÇÃO? FRANCISCO DE OLIVEIRA E PROCESSO DECISÓRIO POLÍTICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

¿ERA DE LA INDETERMINACIÓN? FRANCISCO DE OLIVEIRA Y ADOPCIÓN DE DECISIONES POLÍTICAS EN BRASIL CONTEMPORÂNEO.

AGE OF INDETERMINACY? FRANCISCO DE OLIVEIRA AND THE PROCESS ON POLICY DECISIONS IN CONTEMPORARY BRAZIL.

Lucas Patschiki¹

Resumo: Neste artigo discutiremos algumas conclusões de Francisco de Oliveira em relação ao processo decisório político, à democracia e ao Estado brasileiro contemporâneo – atentando para o que ele denomina “era da indeterminação”, base para suas teses posteriores, como da “hegemonia às avessas”. Partimos de um lugar semelhante, buscando as mudanças na política e no Estado a partir das transformações realizadas na transição democrática e das exigências da implementação do projeto ultraliberal, relacionando estas com a minimização do poder decisório político dos partidos, assim buscando a importância da organização da classe dominante em instâncias da sociedade civil.

Palavras-chave: Estado; Poder; Marxismo.

Resumen: En este artículo discutiremos algunas conclusiones de Francisco de Oliveira en relación con el proceso de adopción de decisiones políticas, sobre la democracia y el Estado brasileño contemporáneo - prestando atención a lo que él llama "la era de la indeterminación", base para sus tesis posteriores, como "la hegemonía a la inversa". Partimos de un lugar similar, buscando cambios en la política y el Estado a partir de los cambios realizados en la transición democrática y las exigencias en la implementación de proyecto ultraliberal, relacionándolas con la minimización del poder de decidir políticamente de los partidos, buscando así la importancia de la organización de la clase dominante en los organismos de la sociedad civil.

Palabras clave: Estado; Poder; Marxismo.

Abstract: In this article, we will discuss some conclusions of Francisco de Oliveira about the process on policy decisions, democracy and on contemporary Brazilian State - paying attention to what he calls “the age of indeterminacy”, the basis for his later theses, as the “hegemony in reverse”. We departed from a similar place, looking for changes in politics and the State since the changes made in the democratic transition and the requirements of the implementation of ultra-liberal project, relating these to the minimization of the policy-making power of the parties, thus searching the importance of organization of the ruling class in civil society instances.

Keywords: State; Power; Marxism.

Neste artigo iremos discutir algumas conclusões do sociólogo Francisco de Oliveira em relação ao processo decisório político, à democracia e o Estado brasileiro contemporâneo – especificamente atentando para algumas questões sobre o que denomina “era da indeterminação”, que consideramos como base para suas teses posteriores, como a da “hegemonia às avessas”. Desta forma, partimos de um lugar

semelhante, buscando atender para as mudanças na política e no Estado, a partir das transformações realizadas na transição democrática e das exigências da “financeirização” do capital, que segundo o autor, minimizaram o poder decisório político dos partidos, sendo que a primazia sobre este processo decisório teria sido deslocado para a burocracia estatal (que passaria a compor uma nova classe social) – constituindo uma nova “autonomização”, de caráter “bonapartista” (sobre este conceito ver ASSUNÇÃO, 2005) do Estado brasileiro (o que passa a investigar afastando-se do marxismo, referenciando autores como Carl von Clausewitz).

Primeiro abordaremos questões relativas à hipóteses e conclusões de Oliveira sobre o período, já buscando delinear como se deram algumas articulações intraclasse na sociedade civil visando a superação da crise de hegemonia vivida no Brasil dos anos 80 (ver MACIEL, 2012). Neste sentido nossa hipótese de investigação enfatiza a importância da organização para o consenso interno da classe dominante em aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil (FONTES, 2010, p. 132-135) (e que por questão de espaço não serão abordados) diante da organização partidária, diretamente ligada à sociedade política – seu diálogo passa a ocorrer diretamente em instâncias corporativas do aparelho de Estado, obviamente incorrendo em uma minimização do poder político decisório da democracia parlamentar-eleitoral instituída, o que buscaremos comparar com algumas formulações de Décio Saes sobre esta questão em âmbito histórico no Brasil.

A “era da indeterminação” é um enunciado levado a cabo por Francisco de Oliveira há certo tempo, e que, no livro que leva este título, organizado por ele e Cibele Saliba Rizek, é situado por diretrizes concebidas entre 1999 e 2000, que buscaram questionar a “destituição das possibilidades de democratização e republicanização, anteriormente abertas pelo fim da ditadura militar”. Este livro foi resultado de pesquisa de um projeto coletivo levado a cabo entre 2001 e 2005, e que resulta do embate entre as categorias políticas clássicas e a realidade brasileira sob o signo do “desmanche” neoliberal, buscando ser compreendidos em diferentes campos sociais, “conectados e sobrepostos”, tendo por elemento comum a necessidade de retomar-se o sentido e potencialidades na luta pela ampliação dos direitos sociais. Estas análises se deram dentro das seguintes perspectivas: “o desmanche da ordem jurídico-política; o deslocamento e a domesticação do campo de conflitos organizados, nas últimas duas décadas; a articulação de uma sociedade civil ancorada em movimentos sociais”; e por fim, “a 'desregulação invisível' das relações sociais que surge de formas moleculares de inovação tecnológica e da informação digital em sua associação com o capital global” (RIZEK; PAOLI *In.* RIZEK; OLIVEIRA, 2007, p. 7-8). Coube à Oliveira analisar as consequências destas mudanças sociais em relação dialética com a política: tanto sobre a capacidade de os conflitos políticos constituírem o campo de disputas (resultado do conflito entre os dissensos, que permanentemente o reestruturam, sendo que sua manutenção e estabilidade se dá pela capacidade em efetivar respostas), quanto as operações dos agentes envolvidos neste campo “logrado, estabelecido e imposto” (OLIVEIRA *In.* RIZEK; OLIVEIRA, 2007, p. 15-16).

Estes movimentos só podem ser compreendidos quando situados no processo histórico, sendo

que é uma reação a uma era de grandes mudanças e ampliações políticas, que emergem na transição da Ditadura civil-militar-empresarial para a democracia, ou melhor, na “reforma da institucionalidade autoritária e posterior criação de uma institucionalidade democrática sob o Estado autocrático burguês” (MACIEL, 2010). Mas a Nova República seria o epílogo das contradições sociais gestadas anteriormente, “conseqüência da sociabilidade e do campo de forças longamente gestado desde o golpe militar de 1964, passando pela intensa transformação produtiva e da estrutura social e das novas formas de representação social e política”. Epílogo, pois visou afirmar “uma política que fosse a tradução dos novos interesses criados pela intensa expansão capitalista, recuperando as linhas de força entre classe e representação”, programa que não deu conta constituir uma nova estrutura do campo político. “Era falsa, portanto, e apenas 'impressionista' a nova transparência” (OLIVEIRA *In.* RIZEK; OLIVEIRA, 2007, p. 22-24), já que exigia ampliações democráticas muito além dos limites do caráter de “modernização conservadora” desta transição (FERNANDES, 2014, p. 273).

A “financeirização” apresentava-se na década de 80 pelo signo da crise da dívida externa, resultado da manutenção do tripé econômico (empresas estatais, empresas nacionais privadas e empresas transnacionais) que sustentou o projeto desenvolvimentista sob os auspícios do Estado ditatorial. Assinalando que nossa compreensão sobre o Estado se dá de forma relacional, “a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classes” (POULANTZAS, 2000, p. 147); e que quando Oliveira fala de “financeirização”, remete à François Chesnais (1996), sobre o processo de mudança qualitativa do capitalismo, onde o capital monetário passa a ser dominante em seu processo de reprodução, o que Virgínia Fontes (2010, p. 35) chama de capital-imperialismo:

A lógica absolutamente irracional da reprodução do capital tende a apresentar o capital monetário como a principal mercadoria do capitalismo. Expande as relações sociais que permitem a extração de mais-valor ao passo que se descola ficticiamente das condições reais da própria vida social [...] O capital monetário só pode se realizar expandindo a atuação funcionante, a extração do mais-valor que o nutre. O aparente descolamento entre os dois momentos do capital – funcionante e monetário - expressa sua mais estreita e íntima imbricação. A aparente dissociação existente entre eles é, de fato, uma interpenetração crescente resultante da concentração da propriedade de recursos sociais de produção e exige expandir formas brutais de extração de mais-valor.

Esta mudança qualitativa no processo de reprodução do capital, exigirá novas formatações históricas, tanto da base quanto das superestruturas do capitalismo – sendo este processo parte de uma ofensiva histórica do capital contra o trabalho, que não pode ser resumido em uma ruptura acidental, nem livre de conflitos e contradições. Sua implementação presume que as transformações no Estado ocorram de modo concomitante e dependente das exigidas na sociedade civil: aqui a violência e o convencimento mais do que nunca tem de ser articulados para a formatação de um “novo modo de ser” que começa no mundo do trabalho e modifica todas as estruturas e instituições da sociedade. Estas mudanças atingem diretamente os limites institucionalizados na transição para a democracia parlamentar-eleitoral burguesa, sendo que, quando Oliveira fala das limitações da democracia em relação às novas exigências das classes subalternas organizadas, é em relação à estas adequações que se refere, e que, em

última instância remetem para a capacidade de tomada de decisão política. Segundo o autor, “apesar das eternas relações assimétrico-defasadas [da economia] com a política, há poucas dúvidas de que o impacto sobre esta última um dia chegaria, e talvez seja este o cerne da indeterminação” (OLIVEIRA *In*. RIZEK; OLIVEIRA, 2007, p. 27). Sendo que é por aprofundar as formas de exploração e ampliar as expropriações das classes subalternas, este processo, em muito ultrapassa as fronteiras em que o senso comum ou a teorias liberais atribuem ao campo econômico, formatando um projeto social e histórico totalizante, que não poderia ser implementado se, falando aqui em termos ideais, fosse apresentado de maneira total a apreciação pública e decidido democraticamente.

João Pereira (2009, p. 267), baseado em Moisés Naím, entendeu que os principais atores no processo de implementação das políticas neoliberais são, em um primeiro estágio (de alta visibilidade): a Presidência da República, Ministério da Fazenda, Banco Central, instituições financeiras multilaterais, grupos financeiros privados e investidores de carteira exterior. Em um segundo momento (de baixa visibilidade) seriam: a Presidência da República, Congresso Nacional, burocracia pública, Judiciário, sindicatos, partidos políticos, mídia, governos estaduais e municipais, setor privado. Ao qual acrescentaria na relação dos primeiros atores as associações civis da burguesia, ou em termos gramscianos, os aparelhos privados de hegemonia (sobre este conceito ver FONTES, 2010, p. 131-145), o que por sinal, alteraria radicalmente algumas conclusões de Francisco de Oliveira em relação a nova natureza autoritária do Estado e sobre a completa indeterminação dos partidos, o que sintetiza na fórmula da “hegemonia às avessas” – lançada primeiro em artigo (OLIVEIRA, 2007), que depois resultará no livro homônimo (OLIVEIRA; BRAGA; RIZEK, 2010).

Se entendermos, e esta é nossa hipótese maior, a primazia destes aparelhos privados de hegemonia em diálogo direto com o Estado em novos espaços de produção de decisões políticas em seu aparelho – o que ainda requer uma ampliação de pesquisas – veremos que não trata-se de uma nova “autonomização” do Estado estrito em relação à sociedade civil (já que deslocamento característico do nosso Estado autocrático-burguês (ver FERNANDES, 1976)) nem o fim do consenso entre os dominantes e o convencimento dos dominados (que há bom tempo é prioritariamente produzido dentro de espaços da sociedade civil, especialmente pela mídia). Novamente, isto não significa que todas as decisões políticas passam a ser relegadas ao diálogo direto entre a burguesia organizada e o Estado, ou que os partidos políticos não tenham sua importância garantida – o que estamos afirmando é que, em relação ao projeto político-histórico ultraliberal, estruturado e estruturante da fração avançada da classe dominante, e que está em pressão direta do imperialismo, ao qual integra de forma subalterna (ROSA LUXEMBURG STIFTUNG, 2009) as principais decisões políticas ocorrem em decorrência de sua primazia propositiva e programática dos grupos e frações da classe dominante através do Estado (Conselhos, Comitês, Agências Reguladoras, autonomia prática do Banco Central, etc.) diante da capacidade reagente e defasada dos partidos e parlamento. Segundo Maciel (2007, p. 1-2):

Tais medidas, de caráter estrutural, pois estão inscritas no arcabouço jurídico que

conforma o aparelho de Estado e independem da orientação econômica predominante no governo, condicionam negativamente a adoção de qualquer política econômica alternativa, de caráter antineoliberal, que, de uma forma ou de outra, buscam reforçar a soberania nacional, o desenvolvimento econômico e social e a distribuição de renda e poder. Mais ainda, tais medidas impõem constrangimentos estruturais de ordem política e jurídica que se inscrevem na materialidade do Estado, imunizando em relação aos mecanismos democráticos todo um elenco de decisões importantes, que são submetidas a processos de tipo privado e neocorporativista baseados nas relações diretas entre capital e Estado.

Lembremos, que a classe dominante, mesmo vivendo na década de 80, uma crise de direção, esta não se transformou em uma crise revolucionária, e que se reorganizaram novamente, agora em torno da fração financeira e do projeto neoliberal, e que estas proposições nascem de Institutos e Fóruns na sociedade civil. Este momento de incapacidade das frações da burguesia se articularem em torno de um projeto histórico tem suas origens na ruptura com o modelo desenvolvimentista, que agrupava diversas frações do capital em torno Modelo de Substituição de Importações (MSI), que até “o fracasso do Plano Cruzado (1986/1987), predominava entre as distintas frações de classes do bloco dominante a tentativa de redefinir, atualizar e reformar o MSI” (FILGUEIRAS *In.* BASUALDO; ARCEO, 2006, p. 181-182). A partir da discordância das soluções impostas pelo Estado para a crise, um grupo de economistas começa a se manifestar. “O afastamento entre empresários e o governo produziu, ao mesmo tempo, uma aproximação dos primeiros aos chamados ‘economistas de oposição’ ou ‘economistas críticos’”, sendo que já em 1983, o empresariado passou a realizar “uma série de seminários fechados com a participação da nata da corrente oposicionista” (BIANCHI, 2004. p. 184-187). Com o fracasso dos Plano Cruzado e subsequentes, Bresser e Verão, a atuação estatal na contenção da inflação e na volta do crescimento econômico foi fortemente desmoralizada. O que se somando aos embates da Constituinte, que delimitou um avanço para as classes subalternas em seus direitos, “o projeto neoliberal foi se desenhando e se fortalecendo, passando do campo meramente doutrinário para se constituir em um programa político, com a formação de uma percepção, entre as diversas frações do capital, de que a crise tinha um caráter estrutural”, e que deste modo, tornou incapaz o projeto neodesenvolvimentista de conduzir às repostas por ela colocados. Assim, a “alternativa neoliberal não nasce pronta no interior do empresariado brasileiro. Ela é o resultado de um conflito projetivo que se desenvolveu por vários anos, seguindo uma trajetória nem sempre ascendente” (Idem, p. 200). Oliveira (*In.* RIZEK; OLIVEIRA, 2007, p. 38) apresenta suas conclusões desta ofensiva do capital sob o campo político:

As conseqüências para a política não poderiam ser mais devastadores. A relação entre classe, interesses e representação foi para o espaço; a possibilidade de formação de consensos tornou-se uma quimera, mas, num sentido intensamente dramático, isso não é o anúncio do dissenso e não gera política. As relações são difusas e indeterminadas. Mesmo apelando para outro campo teórico, as conexões de sentido são erráticas [...] as condições para a consolidação das instituições políticas pelo voto cidadão são cada vez menores.

Diante destas afirmações, propomos uma leitura ampliada do campo político, entendendo que não se perde a perspectiva classista da política (mesmo partidária), mas que com a recente ofensiva do

capital (exigido pelo capital-imperialismo) há uma mudança dos lugares de produção de consenso e formulação de programas da classe dominante, para a sociedade civil, já que não se trata somente de uma ofensiva contra o trabalho, esta é parte de uma reestruturação completa das próprias relações de classes (o que exige agentes, tempo, linguagem e organizações distintas das oferecidas pelo campo político-partidário). Falando claramente, afirmamos que existe no processo de reprodução ampliada do capital-imperialismo uma necessária reestruturação da classe dominante (em seu relacionamento com o imperialismo, e mais recentemente, a inserção de parte desta burguesia nos processos imperialistas de maneira subalterna), o que necessita ser efetivada pelo Estado – então, suas formulações partem destes aparelhos privados de hegemonia, e são pleiteadas em lugares específicos do aparelho de Estado (que não dependem do mercado eleitoral e nem de publicidade em torno de sua atuação).

Estes deslocamentos do centro decisório de poder – alheamento da publicidade e dos instrumentos de democracia popular, seja lá qual seu formato – não forma novidade para o Estado capitalista, sendo teorizado já por Nicos Poulantzas, que o considera então como “relativamente autônomo” – segundo Adriano Codato (2008, p. 68), constituído para dar conta de “três problemas diferentes: a relação concreta entre o pessoal do Estado (a burocracia) e as classes e frações dominantes; a relação peculiar, ou a separação característica, entre o Estado (ou o político) e as relações de produção (o econômico) no modo de produção capitalista” – cujo maior exemplo, na contemporaneidade, é a autonomização dos Bancos Centrais – e o “político”, isto é “a superestrutura jurídico-política do todo social, instância que compreende o Estado”. Na história da democracia brasileira este deslocamento do centro de tomadas de decisões políticas é claramente identificado com seu processo de desenvolvimento capitalista, o que foi visualizado por Décio Saes (1996, p. 129-147).

Saes abordará os dois grandes momentos de democratização política (a República Velha e os anos entre 1945-1964), buscando os motivos pelos quais o sistema político não chegou a instituir-se de modo “completo” (aos moldes dos países capitalistas centrais). Em ambos os casos marca forte posição contra explicações de cunho a-histórico, relativas a determinado “caráter” do Estado e/ou povo brasileiro, para os analisar dentro das contradições históricas de cada período. O que não nos impede em apreender algumas experiências históricas de classe em relação a estas análises. Primeiro, que a constituição de um partido político é essencial somente para as classes trabalhadoras, em busca de uma ação política independente, capaz de alterar a ordem vigente, pois seria uma “tendência espontânea da classe dominante [...] se fazer representar politicamente pelo Estado, organicamente comprometido com a vigência da ordem social vigente e, conseqüentemente, com a defesa dos interesses gerais da classe social que dela se beneficia” (Idem, p. 133). Motivo pelo qual assinala, muitas vezes a formação de partidos da burguesia se dão após a formação de um partido proletário, ao qual é obrigado a contrapor-se em um espaço político que é constituído pelo seu “oposto” – constituir um partido que expresse interesses de uma das frações da burguesia, pode comprometer de maneira violenta qualquer consenso existente no bloco no poder (sobre este conceito ver FARIAS, 2009), levando a acirramentos e disputas nas quais todas as frações saíam

perdendo, abrindo caminho para ascensão de partidos populares ou mesmo revolucionários. E que mesmo em um sistema pluripartidário, estes partidos podem ser precedidos em relação ao processo decisório estatal pela burocracia estatal, que considera formar uma “força política autônoma” (Ibidem, p. 136). Não iríamos tão longe sobre esta autonomia da burocracia – tese que aparece nas considerações de Francisco de Oliveira (2003) sobre o Estado contemporâneo, de forma um pouco distinta, como se esta constituísse uma classe em si – mas é claro que é pela institucionalização destes locais de decisão é que se dá a primazia do domínio da classe dominante sob o sistema partidário, que perde considerável poder sobre a “grande política”, capaz de alterar o Estado.

Sobre a atual democracia, Saes compreende três grandes limitações, que mantêm seu caráter autocrático-burguês após a “transição”. A primeira limitação gira em torno da militarização do Estado, e que foi mantida na atual Constituição através de seu artigo nº. 142, que confere às Forças Armadas a prerrogativa de politicamente intervir para a “manutenção da ordem”, além da sua permanência garantida no conjunto dos aparelhos do Estado, o que constitui uma “rede estatal paralela” (SAES, 1996, p. 141-142). A segunda restrição democrática é a manutenção e ampliação do antigo Decreto-Lei na Medida Provisória. Esta permite ao presidencialismo poderes ampliados, já que tem força de Lei e vigência imediata (só perdem sua eficácia se não forem convertidas em Lei pelo Congresso em até 60 dias, podendo serem reeditadas). Esta iniciativa pode ser até centralizada, mas assinalemos que ela não se efetiva sem a formação de uma base de “governabilidade”, que conjuga partidariamente (onde os partidos da base aí expressam os interesses de uma classe ou fração de classe específica) e coloca em disputa a ocupação da burocracia partidária (não confundir com “partido da burocracia”, o que teria sentido inverso, por sinal) a que o Executivo federal tem à sua disposição. “Embora a iniciativa da formulação de políticas, sem dúvida, esteja na mão do presidente, o núcleo do poder decisório parece estar radicado na coalizão”, ou seja, esta “introjeta na Presidência o poder de veto dos partidos que conformam a coalizão e que vinculam a Presidência no Congresso, os poderes constitucionais fortes são moderados pela natureza dos poderes partidários” (PALERMO, 2000). Assim, existe outra dimensão que podemos acrescentar às tarefas dos aparelhos privados de hegemonia ligados à fração avançada da burguesia, que é a necessidade de empreender o diálogo e operar como lobistas diante dos partidos – já que fora do Executivo federal, estes não suprem suas necessidades de efetivar seus interesses como nacionais. A terceira limitação diz respeito à ascendência da democracia estatal, que é “instrumentalizada pelos segmentos da classe dominante que organizam ativamente sua hegemonia política no bloco no poder” (SAES, 1996, p. 142).

Assinalando que o campo burocrático também é um campo de disputas, contingente às lutas de classe, mas que por sua localização é notadamente desigual (dada sua tendência para a defesa dos interesses da classe dominante) e possui agentes específicos, que pelo acesso a certa estabilidade econômica e poder (distribuídos desigualmente), que os reveste de um *status* distinto (LEFORT *In*. CARDOSO; MARTINS, 1979, p. 155-156) – mesmo que no caso do Estado brasileiro, pelo seu caráter autocrático-burguês, estejam bem longe de serem marcados pela mentalidade impessoal, jurídica e

administrativa (de fundo meritocrático e de respeito à autoridade) como bem analisou René Dreifuss (1989, p. 10-11).

Referências finais

Buscamos aqui refletir um pouco sobre o processo de tomada de decisões políticas no Brasil contemporâneo. É somente através deste tipo de leitura que poderemos, adiante, buscar considerar efetivamente sobre os lugares de formação de consenso intraclasse dominante na contemporaneidade, e que acabam por expressar em lugares específicos dentro do Estado planejamentos programáticos desta, o que exige uma ampliação no campo político considerado habitualmente. É pelo processo de ampliação do Estado que são decididos não somente as demandas populares (aqui a institucionalização se dá pela submissão aos parâmetros orçamentários e jurídicos), mas também para a classe dominante: que possuindo o controle da opinião pública utiliza estes espaços para a formação de consenso ou para a afirmação de seu projeto histórico social como “racionalidade”, como horizonte ideológico para as decisões estatais. Estas acabam por terem primazia sobre o Congresso e a Câmara, efetivando assim limitação no poder de sobrepor-se ao hegemônico, sua “lógica”, e neste sentido, acabam por silenciar institucionalmente as minorias em oposição ao governo estatal e sua burocracia. E por fim, sublinhemos, nossa interpretação não visa tornar estes espaços dentro do Estado nem neutros, muito menos controlados de maneira completa pela burguesia. Mas podemos afirmar que estas mudanças acerca da tomada dos processos decisórios, não abrem caminho nem para uma democratização plena muito menos para a expressão e afirmação política do proletariado e campesinato, pois, se “a ampliação do Estado significa a incorporação seletiva de reivindicações populares, diz respeito também à construção de barreiras cada vez mais fortalecidas contra as lutas dos subalternos” (FONTES, 2005, p. 231).

Bibliografia

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. *Pandemônio de infâmias: classes sociais, Estado e política nos estudos de Marx sobre o bonapartismo*. Tese de Doutorado (Ciências Sociais). São Paulo: PUC-SP, 2005.

BIANCHI, Álvaro. *O ministério dos industriais. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Tese de Doutorado (Ciência política). Campinas: UNICAMP, 2004.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

CODATO, Adriano. “Poulantzas, o Estado e a revolução”. *Crítica Marxista*, n. 27, 2008. Disponível em http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo156Artigo4.pdf, acessado em 13.07.13.

DREIFUSS, René. *O jogo da direita*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

FARIAS, Francisco Pereira de. “Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas”. *Crítica Marxista*, n. 28, 2009. Disponível em http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo166Artigo5.pdf, acessado em 03.06.15.

- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.
- FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política*. São Paulo: Perseu Abramo/Expressão Popular, 2014..
- FILGUEIRAS, Luiz. “O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico”. In. BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. *Neoliberalismo y sectores dominantes*. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.
- FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- INSTITUTO ROSA LUXEMBURG STIFTUNG (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LEFORT, Claude. “O que é burocracia”. In. CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam (orgs.). *Política & Sociedade*. São Paulo: Nacional, 1979.
- MACIEL, David. *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. São Paulo: Alameda; Goiânia: FUNAPE, 2012.
- MACIEL, David. “Florestan Fernandes e a questão do transformismo na transição democrática brasileira”. *IV Simpósio Gepal*. 2010. Disponível em http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/11_davidmaciel.pdf, acessado em 10.07.13.
- MACIEL, David. “Neoliberalismo e autocracia burguesa no Brasil”. *V Colóquio Internacional Marx e Engels*. 2007. Disponível em http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/paginas/comunicacoes.html, acessado em 13.07.13.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Hegemonia às avessas”. *Piauí*, n. 4, janeiro de 2007. Disponível em <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-4/tribuna-livre/hegemonia-as-avessas>, acessado em 13.07.13.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento”. In. RIZEK, Cibele Saliba; OLIVEIRA, Francisco de (org.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas*. Economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PALERMO, Vicente. “Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo”. *Revista Dados*, n. 3, vol. 43, 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000300004, acessado em 13.07.13.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Tese de Doutorado (História). Niterói: UFF, 2009.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- RIZEK, Cibele Saliba; PAOLI, Maria Célia. “Apresentação. Depois do desmanche”. In. RIZEK, Cibele Saliba; OLIVEIRA, Francisco de (org.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SAES, Décio. “Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 6/7, 1996.

Notas:

¹ Doutorado em andamento em História na Universidade Federal de Goiás, UFG, Brasil. Tem experiência na área de História Política, atentando para os movimentos e partidos políticos fascistas brasileiros nos séculos XX e XXI. Email: lucas.patschiki@gmail.com

Recebido em: 04.03.2015
Publicado em: 31.12.2015